



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Poder Legislativo

Palácio Municipal Dr. Gilberto Pessoa

PROCESSO Nº 414 /13 DE 18. 10. 2013

PROTOCOLO Nº 912 /13 DE 18. 10. 2013

## REQUERIMENTO Nº 19/13 Ver: JOSÉ DA SILVA ROSA

PROPOSIÇÃO ESCRITA Nº /13 Ver:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_/13 APRESENTADO PELO \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_/13 APRESENTADO PELO \_\_\_\_\_

Histórico: solicitando A REDE CELPA-AGENCIA LOCAL, a seguinte providência:

⇒ Que averigue o mau atendimento que os servidores estão dispensando em especial aos idosos e mulheres grávidas e acompanhadas por criança de colo, sabendo que, prioridade e tratamento diferenciado e imediato, está garantido na Lei nº 10.048 de 08.11.2001 (anexo cópia).

APROVADO  
EM SESSÃO ORDINÁRIA  
Data 22.10.13

ENCAMINHANDO OFÍCIOS:

Of. 4715/13 - Rede Celpa Local

Of. /13 -

Of. /13 -

Of. /13 -

Of. /13 -

Of. /13 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Poder Legislativo  
Palácio Municipal Dr. Gilberto Pessoa

**REQUERIMENTO Nº. 19/13** De, 18 de Outubro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente:  
Excelentíssimos Senhores Vereadores:

CÂMARA M. DE STA. IZABEL DO PARA

Protocolo nº. 912 Folha 017

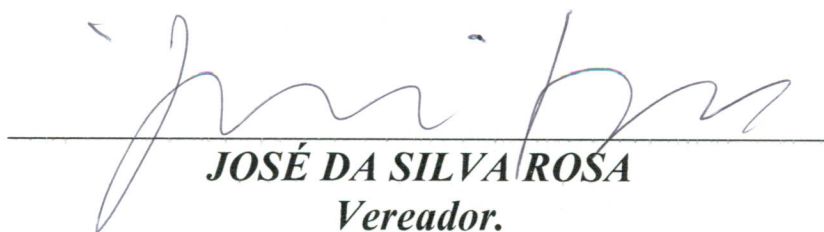
H \_\_\_\_\_ Data 18.10.13

Protocolista.

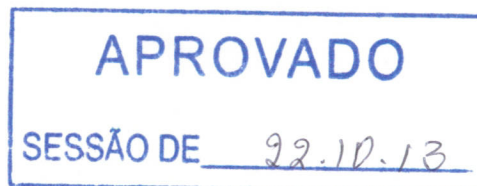
**CONSIDERANDO**, o Vereador que este subscreve que depois de ouvido o Douto e Soberano Plenário desta Colenda e Respeitável Casa de Leis, seja aprovado o presente **REQUERIMENTO**, solicitando **A REDE CELPA-AGENCIA LOCAL**, a seguinte providência:

⇒ **Que averigüe o mau atendimento que os servidores estão dispensando em especial aos idosos e mulheres grávidas e acompanhadas por criança de colo, sabendo que, prioridade e tratamento diferenciado e imediato, está garantido na Lei nº 10.048 de 08.11.2001, bem como, Lei 10.741 de 01.10.2003, Art. 3º Parágrafo Único, do Inciso I, do Estatuto do Idoso (anexo cópia das referidas Leis).**

Sala das Sessões 22 de Outubro de 2013.

  
**JOSÉ DA SILVA ROSA**  
Vereador.

Cfmc.





rias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Art. 4º Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinada a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Art. 5º Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º (Vetado.)

§ 2º Os proprietários de veículos de transporte coletivo em utilização terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da regulamentação desta lei, para proceder às adaptações necessárias ao acesso facilitado das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 6º A infração ao disposto nesta lei sujeitará os responsáveis:

I – no caso de servidor ou de chefia responsável pela repartição pública, às penalidades previstas na legislação específica.

II – no caso de empresas concessionárias de serviço público, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3º e 5º.

III – no caso das instituições financeiras, às penalidades previstas no art. 44, incisos I, II e III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 8 de novembro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Alcides Lopes Tápias

Martus Tavares

LEI Nº 10.173, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

*Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.*

O Presidente da República,

Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: